



UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA - UnB
FACULDADE UnB PLANALTINA - FUP
GRADUAÇÃO EM GESTÃO DO AGRONEGÓCIO

INGRID NAYANE SOBRINHO

**ANÁLISE DO DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL RURAL NOS TERRITÓRIOS
DE ÁGUAS EMENDADAS, CHAPADA DOS VEADEIROS E VALE DO PARANÃ**

PLANALTINA-DF

2016

INGRID NAYANE SOBRINHO

**ANÁLISE DO DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL RURAL NOS TERRITÓRIOS
DE ÁGUAS EMENDADAS, CHAPADA DOS VEADEIROS E VALE DO PARANÃ**

Relatório Final de Estágio Supervisionado
Obrigatório apresentado à Universidade de Brasília
(UnB), como requisito para obtenção do título de
bacharel em Gestão do Agronegócio.

Orientador: Prof. Dr. Mário Lúcio de Ávila.

PLANALTINA-DF

2016

DEDICATÓRIA

Às mulheres da minha vida, em especial
minha mãe e minha avó, que se mostraram
exemplos de força, dedicação e superação.
Amo-as imensuravelmente.

AGRADECIMENTOS

Primeiramente agradeço a Força que move o universo, Deus, e ao seu filho Jesus Cristo por me concederem o dom da vida e fazerem com que eu a desfrute com pessoas que tenho verdadeira consideração.

À minha mãe, Ivonilde Maria, por todo apoio que me deu e continua me dando, por incentivar e desejar o meu melhor, pois mesmo nas épocas mais desafiadoras que vivi, sempre a tive como meu maior motivo para perseverar. Agradeço a minha avó, Maria da Conceição, por ser uma mulher inigualável e reconhecida por sua integridade inabalável e por seu vasto amor por mim, que é totalmente recíproco.

Aos meus amigos que alegram minha existência. Obrigada pelos bons momentos vividos junto à vocês. Agradeço meu amigo Marcelo Verner por todos os momentos que vivi junto à ele e por todos ensinamentos que adquiri.

À minha família que é incrivelmente unida, e que me faz dar boas gargalhas com histórias mirabolantes, acontecimentos ímpares e trajetórias emocionantes. Todos são importantíssimos para minha evolução como ser humano.

À Faculdade UnB de Planaltina e seus docentes por me ensinarem coisas além da teoria acadêmica, em especial meu Orientador Mário Lúcio de Ávila, por destacar-se por sua inteligência e conhecimento que admiro muito, por se disponibilizar e me ajudar a realizar este trabalho.

Por fim, a todos que contribuíram para a realização deste trabalho, seja de forma direta ou indireta, fica registrado aqui, os meus agradecimentos.

EPÍGRAFE

“Tanta gente vive em circunstâncias infelizes e, contudo, não toma a iniciativa de mudar sua situação porque está condicionada a uma vida de segurança, conformismo e conservadorismo. Tudo isso que parece dar paz de espírito, mas na realidade nada é mais maléfico para o espírito aventureiro do homem que um futuro seguro.”

(Into the Wild, 2007)

RESUMO

O presente trabalho objetiva elucidar sobre o que é NEDET e qual sua estrutura, bem como os requisitos que devem ser apresentados pelos profissionais selecionados quanto a sua área de atuação. Serão apresentados conceitos-chave necessários para compreensão do desenvolvimento territorial rural. O estudo está voltado para três territórios específicos: Território Águas Emendadas (TAE), Território Chapada dos Veadeiros (TCV) e Território Vale do Paranã (TVP). Cada território tem suas peculiaridades, portanto os esforços desenvolvidos varia de acordo com as potencialidades ou necessidades de cada território. As atividades nos territórios são realizadas a partir de um plano de trabalho comum a todos, porém cada território desenvolve de acordo com os interesses coletivos e sua capacidade de crescimento, seja econômico ou social.

Palavras-chave: Território. Multiterritorialidade. Desenvolvimento Territorial Rural.

ABSTRACT

This study has porpurpose of elucidating what is NEDET and its structure, as well as the requirements that must be presented by the professionals selected by its fields of work. The study will also present key-concepts necessary for the understanding of the rural areas' development. The study is focused on three specific territories: Território Águas Emendadas (TAE), Território Chapada dos Veadeiros (TCV), Território Vale do Paranã (TVP). Each territory has its own singularities, therefore the developed efforts vary according to the potentials or necessities of them. The activities on the territories are executed following a common working plan, but each territory produces as its common interests and economic or social capacity allow.

Keywords: Territory. Multiterritoriality Rural Areas Development.

Lista de Abreviaturas e Siglas

AM	Articulador Jovem e Mulheres
AP	Articulador Produtivo
AS	Articulador Social
ATER	Assistência Técnica e Extensão Rural
CN	Coordenador de Núcleo Territorial
CNPq	Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico
CP	Coordenador do Projeto
EE	Estudante Extensionista
EJA	Educação de Jovens e Adultos
EMATER	Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural
FUP	Faculdade UnB de Planaltina
MDA	Ministério do Desenvolvimento Agrário
NEDET	Núcleo de Extensão em Desenvolvimento Territorial
PAA	Programa de Aquisição de Alimentos
PNAE	Programa Nacional de Alimentação Escolar
PROINF	Programa de Infraestrutura
PRONAF	Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar
PRONAT	Programa Nacional de Desenvolvimento Sustentável de Territórios Rurais
SDT	Secretaria de Desenvolvimento Territorial
SEDUC	Secretaria Executiva de Estado de Educação
SIT	Sistema de Informações Territoriais
SPM	Secretaria de Políticas para as Mulheres
TAE	Território Águas Emendadas
TCV	Território Chapada dos Veadeiros
TVP	Território Vale do Paranã
UNB	Universidade de Brasília
PRONATEC	Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	10
2 METODOLOGIA	12
3 REFERENCIAL TEÓRICO	13
3.1 Território	13
3.2 Multiterritorialidade	14
3.3 Política de Desenvolvimento Territorial Rural	15
3.4 Núcleo de Extensão em Desenvolvimento Territorial.....	16
3.4.1 Núcleo de Extensão em Desenvolvimento Territorial: Inclusão Produtiva	17
3.4.2 Núcleo de Extensão em Desenvolvimento Territorial: Gestão Social e Gênero	18
4 RESULTADOS E DISCUSSÕES	20
4.1 Território Águas Emendadas	22
4.2 Território Chapada dos Veadeiros.....	24
4.3 Território Vale do Paranã	27
4.4 Proposta Multiterritorial.....	29
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS	31
REFERÊNCIAS	33
ANEXOS	35

1 INTRODUÇÃO

Os Núcleos de Extensão em Desenvolvimento Territorial (NEDETs) têm como propósito assessorar no desenvolvimento e fortalecimento de territórios por intermédio de profissionais qualificados, especificamente professores e pesquisadores de instituições públicas de ensino superior, comumente relacionados a área social e/ou ambiental assim como são compostos por parcerias, como por exemplo, Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), Secretaria de Desenvolvimento Territorial (SDT), Secretaria de Políticas para as Mulheres (SPM), Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural (Emater) e etc.

Seu desempenho é fundamentado por meio de projetos de extensão na assessoria aos Territórios da Cidadania. Portanto a atividade realizada consiste na prática de ações de extensão e pesquisa, envolvendo o assessoramento, acompanhamento e monitoramento das políticas públicas, de desenvolvimento rural e de inclusão produtiva dentro de cada território.

É imprescindível que tais profissionais sejam aptos para elaborar meios e métodos a fim de intervir no desenvolvimento territorial. A capacitação desses especialistas propõe atribuir-lhes tais instrumentos para efetivar ações de assessoria aos Colegiados Territoriais, tanto as relacionadas à gestão social quanto as que dizem respeito às atividades de inclusão produtiva.

Os NEDETs UnB/FUP atuam em três territórios: Vale do Paranã que exerce função no Estado de Goiás, Águas Emendadas que trabalha com o Estado de Goiás, Minas Gerais e Distrito Federal e Chapada dos Veadeiros que atua também em Goiás. Cada território está representado da seguinte forma: Mário Ávila (Coordenador do Projeto), Antônio Nobre (Território Águas Emendadas), Reinaldo José (Território Vale do Paranã) e Tânia Cristina Cruz (Território Chapada dos Veadeiros). Cada coordenador atua em seu território com uma equipe formada por 3 assessores técnicos (Articulador Produtivo- AP; Articulador Social- AS, Articulador Jovem e Mulheres- AJM) e 2 estagiários conhecidos como Estudantes Extensionistas.

O propósito da atividade realizada pelo NEDET é contribuir para a consolidação da abordagem territorial como estratégia de desenvolvimento sustentável para o Brasil Rural, apoiando os Colegiados Territoriais, institucionalidades representativas dos territórios rurais que contam com a participação do poder público e da sociedade civil.

As ações realizadas com essas parcerias buscam beneficiar agricultores familiares, assentados da reforma agrária e povos e comunidades tradicionais, por meio de financiamentos individuais ou coletivos, além de contribuir para realização de atividades agropecuárias, compra de insumos, e assim contribuir para o aumento da renda e da melhoria da qualidade de vida no campo.

Além do aumento da participação econômica desse grupo, há a questão social em evidência, onde traz visibilidade para o público feminino, que por sua vez discute sobre autonomia e emancipação das mulheres do campo por meio de processos autogestionários (associativismo, cooperativismo), e sobre a importância desse trabalho em conjunto.

Desse modo, o presente trabalho tem como propósito apresentar os Territórios (TVP, TCV e TAE) juntamente com seus projetos e avanços em cada setor: econômico e social e averiguar se a proposta de multiterritorialidade está sendo cumprida.

2 METODOLOGIA

Para elaborar este trabalho foram realizadas pesquisas de cunho bibliográfico sobre a definição de conceitos que elucidam sobre o tema em questão. Foi realizado uma vistoria documental por meio de arquivos internos de cada território (atas, resumo de reuniões, oficinas, comitês e etc.) para obtenção de informações a respeito do processo NEDET FUP/UnB.

Segundo Luna (1999, p. 20), “a pesquisa bibliográfica é um compilado sobre os principais e mais notórios trabalhos científicos sobre o tema discutido, os quais são habilitados à fornecer informações atuais e relevantes”. Esta forma de exploração conteudista contempla o uso de livros, internet como mediador rápido de busca, publicações, jornais, revistas e etc.

Este trabalho tem caráter qualitativo, segundo a definição de Goldenberg (1997, p. 34):

A pesquisa qualitativa não se preocupa com representatividade numérica, mas, sim, com o aprofundamento da compreensão de um grupo social, de uma organização, etc. Os pesquisadores que adotam a abordagem qualitativa opõem-se ao pressuposto que defende um modelo único de pesquisa para todas as ciências, já que as ciências sociais têm sua especificidade, o que pressupõe uma metodologia própria. Assim, os pesquisadores qualitativos recusam o modelo positivista aplicado ao estudo da vida social, uma vez que o pesquisador não pode fazer julgamentos nem permitir que seus preconceitos e crenças contaminem a pesquisa.

Gil (2007, não paginado) refere a pesquisa de cunho exploratório como o tipo de pesquisa que viabiliza maior experiência e intimidade com o problema, objetiva torná-lo mais explícito ou a construir hipóteses. A grande maioria dessas pesquisas envolve: (a) levantamento bibliográfico; (b) entrevistas com pessoas que tiveram experiências práticas com o problema pesquisado; e (c) análise de exemplos que estimulem a compreensão.

3 REFERENCIAL TEÓRICO

Nesta parte serão abordados conceitos significativos e substanciais com embasamento teórico, para relacionar a teoria à prática, a fim de enriquecer o referido trabalho. De acordo com Macedo (1994, p.13): “Trata-se do primeiro passo em qualquer tipo de pesquisa científica, com o fim de revisar a literatura existente e não redundar o tema de estudo ou experimentação.”

3.1 Território

Dentro do estudo da Geografia, temos território como um dos conceitos-chave, ao lado de outros como região, lugar, espaço e paisagem. Existem diversas correntes de pensamentos que buscam definir o que é o território. Haesbaert (2004) divide essas correntes em quatro vertentes básicas podendo ser: jurídico-política; cultural; econômica e; naturalista.

Na vertente jurídico-política o território é definido por como “apropriação concreta ou abstrata do espaço por um ator sintagmático” (RAFFESTIN, 1993), sendo este um espaço delimitado onde um poder político exerce seu controle.

A vertente econômica “destaca a desterritorialização em sua perspectiva material, como produto espacial do embate entre classes sociais e da relação capital-trabalho”. (HAESBAERT apud SPOSITO, 2004, p.18).

A naturalista baseia sua noção de território na relação sociedade/natureza, estudando o comportamento do homem no ambiente natural. Esta vertente é pouco veiculada hoje.

A vertente cultural vê o território como um “produto da apropriação/valorização simbólica de um grupo em relação ao seu espaço vivido”. Nesse sentido, são observadas as subjetividades e representações que foram enraizadas, gerando sua identidade.

Desta forma, considerar o território como um lugar de memória, acrescenta algo mais, com dimensões que vão do físico ao mental, do social ao psicológico, em escalas diversas, pois na convergência destas características misturadas (de comutação/disjunção, de comensalismo/ simbiose, de dependência/apropriação), no centro da

noção de território, encontram-se dois sentidos: o da identidade, a individualidade (a maneira particular), pois o território é um espaço diferente para cada indivíduo que o compõe, e o temporal através da evolução, das mudanças ao longo das décadas em uma localidade ou nação.

A palavra chave para compreensão da vertente cultural é identidade, sendo importante conhecer a compreensão do indivíduo sobre o território que habita, seus símbolos, suas tradições e tudo que traz a identidade do território. Geertz (1978) diz que “um padrão de significados transmitidos historicamente, incorporados em formas simbólicas por meio das quais os homens comunicam-se, perpetuam-se, desenvolvem seu conhecimento sobre a vida”.

O conceito de território na política de desenvolvimento territorial, segundo o órgão SDT/MDA (2005, p. 28), baseia-se em um espaço físico delimitado, fundamentado em: sociedade, economia, ambiente, política e cultura, de forma que os interesses coletivos sejam atendidos e haja coesão social, territorial e cultural.

3.2 Multiterritorialidade

Define-se territorialidade como um evento de princípio psicológico, que consiste em influência política e social. Autores como Guattari (1993), Raffestin (199) e Haesbaert (1997) debatem sobre o conceito de território associado a um processo que consideram contínuo onde ocorre a desterritorialização e logo em seguida a reterritorialização.

De acordo com Pagès *et al.* (1993), “a desterritorialização compreende os mecanismos que separam o território das suas ‘raízes’ sociais e culturais, enquanto a reterritorialização vem a ser a criação de novos vínculos em substituição aos perdidos”. Segundo Deleuze e Guattari “a desterritorialização e a reterritorialização são processos interligados, pois se houver uma mobilidade de desterritorialização, haverá da mesma forma uma reterritorialização”.

Para Haesbaert (2004), a multiterritorialidade, “aparece como uma alternativa conceitual dentro de um processo denominado por muitos como desterritorialização”. Portanto, para Haesbaert (2004) “a multiterritorialidade é a vivência concomitante de diferentes territórios”.

Seguindo a crítica de Haesbaert (2002):

[...] não se pode dizer que as pessoas estão perdendo o vínculo histórico, relacional e de identidade com seus lugares, mas que, assim como as territorialidades estão se tornando múltiplas, as pessoas se redefinem em uma multiplicidade de identidades, histórias e relações que expressam multiterritorialidades.

No caso do desenvolvimento de territórios rurais, a definição básica para multiterritorialidade passa pelo pressuposto da tomada de decisão de acordo com os interesses coletivos. Ou seja, há agregação de vivências, costumes e aprendizagem empírica, como também há a sinergia política e econômica que visa o apoio democrático.

3.3 Política de Desenvolvimento Territorial Rural

Segundo Basco (2010, não paginado) “o Brasil é um país de regiões e territórios caracterizados por uma enorme diversidade geoeconômica e sócio-cultural, o que constitui uma das grandes riquezas nacionais.” Dessa forma, as políticas públicas e as ações de desenvolvimento rural, propiciam um progresso social e um crescimento econômico notório. Para os autores Schejtman e Berdegúé, (2004, p. 30) o Desenvolvimento Territorial Rural é “um processo de transformação produtiva e institucional de um espaço rural determinado, cujo fim é reduzir a pobreza rural.” A relevância concedida a parte econômica na perspectiva territorial do programa referencia o que Geraldi (2006, p. 21) diz: “renda e remuneração digna do trabalho assumem o papel de apoiar a inclusão social, possibilitando o acesso a bens e serviços, bem como atribuir à inclusão econômica a função de resgatar a dimensão produtiva do indivíduo e cidadão”.

Desde o ano de 2004, o Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) através da Secretaria de Desenvolvimento Territorial (SDT) instaurou o Programa de Desenvolvimento Sustentável dos Territórios Rurais (PDSTR), conhecido anteriormente como Programa Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Territórios Rurais (PRONAT), fundamentado na correlação entre atores sociais e o poder público para gerir e desenvolver territórios rurais. Os projetos desenvolvidos dentro dessa organização procuram fomentar as competências e capacidades do pessoal rural e da autogestão dos territórios

inclusos, de forma a reduzir desigualdades, sejam elas sociais ou regionais, e também alinhar os interesses dos territórios rurais ao desenvolvimento econômico nacional.

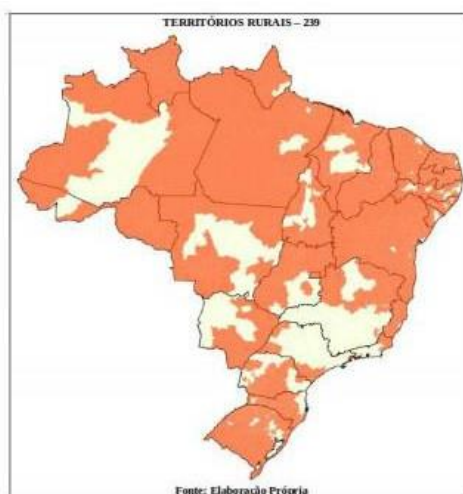
Sendo assim, essa política tem como objetivos primordiais a equidade-igualdade e justiça-, respeito à diversidade, pertencimento, valorização da cultura local e a inclusão social. Ou seja, a base da política é integrar diversas áreas de cunho social e econômico a fim de promover o desenvolvimento da área rural trabalhada.

Dentre as diretrizes que incentiva a política de desenvolvimento territorial rural, estão: a organização de colegiados territorial, que é um local utilizado para planejamentos, debates e tomada de decisão. O MDA (2006), define colegiado territorial “como uma instância política de deliberação sobre o processo de desenvolvimento sustentável do território, sendo um espaço de participação social, de representação, articulação e concertação política.” A construção de dispositivos que conte com a participação da sociedade civil, é muito significativo para que haja descentralização política e incentivo para o gerenciamento do território rural. Portanto se faz necessário a implantação e consolidação de meios para a articulação de atores, programas e organizações para prosseguir o planejamento e a administração de políticas territoriais.

3.4 Núcleo de Extensão em Desenvolvimento Territorial

Os NEDET's são entidades com fins administrativos que dão suporte para Colegiados Territoriais, constituído por sociedade civil e poder público, sendo o espaço de diálogo e de integração de atores na realização da gestão social do desenvolvimento territorial rural.

No momento são apoiados 239 territórios rurais, onde 64,3% dos municípios brasileiros estão inclusos, e que reúne mais de 76 milhões de habitantes que estão sendo contemplados com a política de desenvolvimento rural. O mapa abaixo mostra os participantes da política de desenvolvimento territorial rural:

Figura 1: Mapa Territórios Rurais

Territórios	Nº Territórios	Nº Municípios	Área	População	População Urbana	População Rural	Estab. da Agricultura Familiar	Famílias Assentadas	Pescadores
Cidadania	120	1.851	4.527.695,40	44.693.225	30.995.190	13.698.035	2.045.866	587.234	443.279
Rurais + Cidadania	165	2.507	5.258.987,30	55.158.819	38.604.261	16.554.558	2.562.823	647.392	471.332
Novos	74	1.061	1.296.015,30	21.461.078	15.524.965	5.936.113	939.449	102.078	136.138
Todos	239	3.568	6.555.002,60	76.619.897	54.129.226	22.490.671	3.502.272	749.470	607.470

Fonte: MDA, 2014.

3.4.1 Núcleo de Extensão em Desenvolvimento Territorial: Inclusão Produtiva

Chamado de Assessor Territorial de Inclusão Produtiva ou Articulador Produtivo (AP), o profissional competente que cumprirá as atribuições referente ao cargo, deve ser um indivíduo devidamente graduado, se possível na área agrária. Ter experiência comprovada de pelo menos 2 (dois) anos em atividades agrárias que contemplem comunidades rurais e agricultores familiares, experiência em programas extensionistas e de desenvolvimento e tecnologias na área. As experiências profissionais devem estar pautadas no que tange a política de desenvolvimento rural, como intermediações com instituições públicas, experiências em elaboração de projetos, bem como acompanhar e avaliar a efetividade do mesmo, sempre tendo como foco o rural. (MDA, 2014)

O AP deverá cumprir as atribuições que de acordo com o MDA (2014), que são elas:

Acompanhar a execução dos projetos que constam da agenda de trabalho do Colegiado Territorial. Apoiar a sistematização de informações do PROINF. Realizar, em articulação com o Assessor Territorial para a Gestão Social, a elaboração da Matriz de Gestão Territorial do Plano Safra. Estabelecer e implementar mecanismos e metodologias de acompanhamento e avaliação da implementação de projetos de inclusão produtiva. Realizar o levantamento, sistematização e registro de informações no Portal da Cidadania sobre os projetos integrantes da matriz do Programa Territórios da Cidadania na área da inclusão produtiva.

Portanto o profissional responsável pela inclusão produtiva deve ter como missão manter agricultores em projetos, políticas e/ou em programas que propiciem uma maior produção e que os produtos tenham qualidade adequada. Ou seja, o enfoque é dar suporte para que haja o escoamento eficiente. Programas como Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), Programa de Infraestrutura (PROINF), Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF), Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER), Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), são intermediadores para que o campo seja desenvolvido, e um profissional capaz de ajudar nessa interação é indispensável.

3.4.2 Núcleo de Extensão em Desenvolvimento Territorial: Gestão Social e Gênero

O Assessor Territorial de Gestão social, também conhecido como Articulador Social (AS) e o Assessor de Gênero também conhecido como Articulador de Jovens e Mulheres (AM), necessitam de formação e experiência que adentrem a área social. O profissional competente para assumir o cargo deve ter ensino superior e é preferível formação em áreas humanas, sociais ou agrárias. Ter experiência profissional de pelo menos 2 anos em atividades rurais com comunidades e produtores rurais, ter experiência na área de extensão, tecnologia e desenvolvimento e por fim experiência no âmbito social no que diz respeito a intermediações como articulação institucional, representação política, planejamento e afins, sendo o cerne da abordagem o social-rural.

O MDA (2014), atribui aos articuladores sociais:

Realizar sessões de trabalho com o colegiado territorial em apoio à gestão social, ao planejamento territorial e ao funcionamento das instâncias de participação. Realizar sessões com o Colegiado Territorial, em articulação com o Assessor Territorial para a Inclusão Produtiva e com o suporte técnico da equipe do Núcleo, para a criação da Matriz de Gestão Territorial do Plano Safra. Acompanhar a execução dos projetos que constam da agenda de trabalho do Colegiado Territorial. Realizar o levantamento, sistematização e registro de informações no Portal da Cidadania sobre os projetos integrantes da matriz do Programa Territórios da Cidadania.

Os articuladores sociais devem trabalhar com planejamento e organização de programas que visam, além do desenvolvimento econômico, o desenvolvimento social, e no caso do articular de gênero, empoderando mulheres para trabalhar e desenvolver habilidades no âmbito rural, diminuindo desigualdades no campo. Um exemplo prático são os cursos da ECO CUT oferecidos para mulheres, são diversas as atividades de formação, que objetiva que as mulheres além de adentrarem colegiados diretivos, também elaborem e desenvolvam políticas públicas.

4 RESULTADOS E DISCUSSÕES

A introdução deste trabalho elucida sobre o conceito e os objetivos gerais dos Núcleos de Extensão em Desenvolvimento Territorial (NEDET's). Neste tópico a abordagem é sobre o caso específico da UnB, no campus da Faculdade UnB de Planaltina (FUP).

O CNPq em parceria com o MDA e a SDT, realizou uma chamada pública em 2014 para os interessados na temática e que os mesmos apresentassem propostas para colaborar com o desenvolvimento territorial rural brasileiro. Todas as considerações feitas estão na chamada, que podem ser verificadas através do site do CNPq. Dentre as mais de 80 instituições de ensino superior que foram selecionadas, a UnB/FUP está presente, contando com o apoio financeiro do CNPq para implementar e manter o NEDET/FUP com atividades de extensão e pesquisa, incluindo o assessoramento, monitoramento e acompanhamento do projeto.

De acordo com o edital de abertura do CNPq, para validar as atividades realizadas, a orientação é que se aconteça, no mínimo:

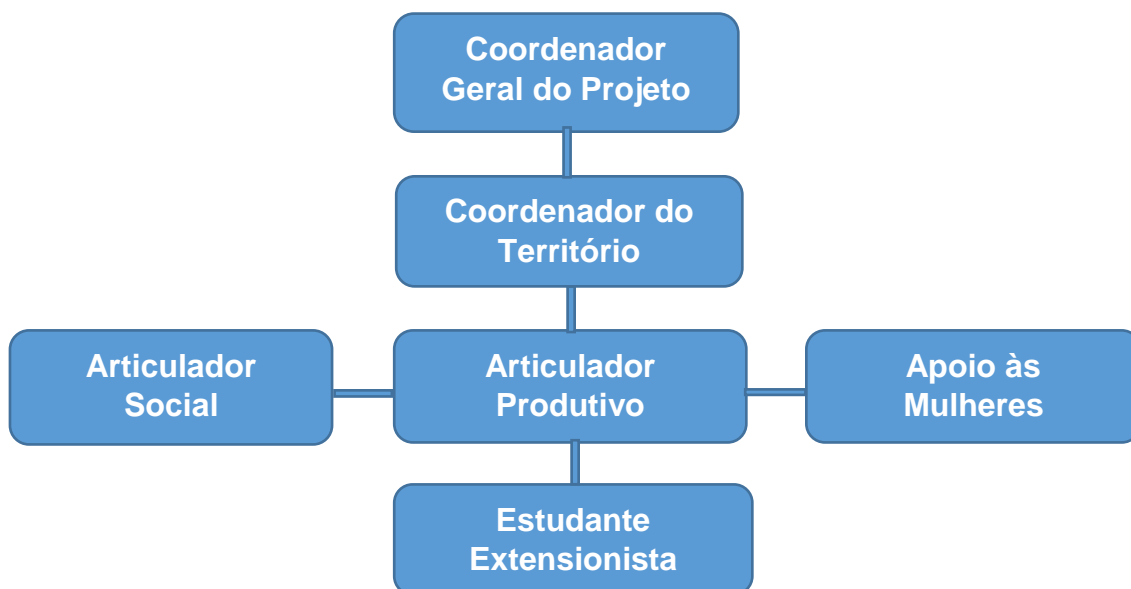
- O levantamento de informações para compreender os acontecimentos e verificar funcionamento dos projetos que estão sendo apoiados no território (SDT/MDA);
- Realização de registros de informações quanto ao: funcionamento, composição e a agenda do colegiado e acompanhá-los no que concerne o monitoramento e avaliação dos projetos;
- Auxiliar os colegiados em articulações com instâncias municipais, estaduais e federais.
- Auxiliar os colegiados na implementação de metodologia para elaboração, articulação e monitoramento da Matriz de Gestão Territorial do Plano Safra;
- E, como medida criteriosa, realizar:

Figura 2: Exigências CNPq

ATIVIDADES
06 reuniões anuais (12 reuniões no total do projeto) de Núcleos Diretivos e/ou Comitês Setoriais e/ou Câmaras Técnicas do Colegiado Territorial;
03 reuniões anuais (06 reuniões no total do projeto) das plenárias dos colegiados e suas instâncias;
05 reuniões anuais de promoção da participação de mulheres rurais nos Colegiados;
01 atividade anual em nível estadual (Seminário/Encontro dos Comitês de Mulheres dos Territórios da Cidadania no Estado).

Fonte: Elaboração do Autor

As informações aqui prestadas são estritamente relacionadas ao NEDET/FUP, que trabalha com três territórios específicos: Território Águas Emendadas (TAE), Território Chapada dos Veadeiros (TCV) e Território Vale do Paranã (TVP). Cada território têm agentes responsáveis que compõem uma estrutura, representada a seguir:

Figura 3: Organograma

Fonte: Elaboração do Autor

As informações que serão fornecidas nos próximos tópicos foram trabalhadas entre julho de 2015 a julho de 2016, portanto mostra o andamento

do projeto no decorrer de 1 (um) ano, metade do prazo estimado para a conclusão do mesmo.

4.1 Território Águas Emendadas

O Território das Águas Emendadas tem uma população estimada de 2,9 milhões de habitantes e uma densidade habitacional de mais de 300 habitantes por Km², caso de Brasília, e de menos de um habitante por Km² nos demais municípios. O TAE é composto por 3 (três) Estados: Minas Gerais, Goiás e Distrito Federal, e contemplam 11 (onze) municípios: Brasília, Buritis, Cabeceira Grande, Unaí, Água Fria de Goiás, Cabeceiras, Formosa, Mimoso de Goiás, Padre Bernardo, Planaltina e Vila Boa. O quadro a seguir detalha as características que constitui o território:

Figura 4: Caracterização- Território Águas Emendadas

UF	IBGE	Município	Área (Km2)	População	População Urbana	População Rural	Pescadores	Estabelecimentos da Agricultura Familiar	Famílias Assentadas	Extrema Pobreza	Bolsa Família	Quilombolas	Terras Indígenas
DF	5300108	Brasília	5.822,10	2.570.160	2.482.210 (96,58%)	87.950 (3,42%)	232	1.824	565	46.588	215.972		
GO	5200175	Água Fria de Goiás	2.036,70	5.090	2.137 (41,98%)	2.953 (58,02%)		403	146	766	1.093		
GO	5204003	Cabeceiras	1.117,40	7.354	5.505 (74,86%)	1.849 (25,14%)		236	42	585	1.554		
GO	5208004	Formosa	5.827,70	100.085	92.023 (91,94%)	8.062 (8,06%)		1.893	1.493	4.652	13.567		
GO	5213053	Mimoso de Goiás	1.391,90	2.685	1.242 (46,26%)	1.443 (53,74%)		277	0	328	649		
GO	5215603	Padre Bernardo	3.148,90	27.671	10.786 (38,98%)	16.885 (61,02%)		784	657	2.176	5.466		
GO	5217609	Planaltina	2.547,70	81.649	77.582 (95,02%)	4.067 (4,98%)		660	228	4.971	14.337		
GO	5222203	Vila Boa	1.064,00	4.735	3.502 (73,96%)	1.233 (26,04%)		136	215	439	1.130		
MG	3109303	Buritis	5.238,10	22.737	16.100 (70,81%)	6.637 (29,19%)	274	983	622	2.711	5.472		
MG	3109451	Cabeceira Grande	1.035,20	6.453	5.297 (82,09%)	1.156 (17,91%)	4	184	0	546	1.214		
MG	3170404	Unaí	8.492,00	77.565	62.329 (80,36%)	15.236 (19,64%)	111	2.734	1.539	3.337	7.122		
TOTAL Número de Municípios: 11			37.721,70	2.906.184	2.758.713 (94,93%)	147.471 (5,07%)	621	10.114	5.507	67.099	267.576		

Fonte: Sistema de Informações Territoriais

O IDH do território é ligeiramente inferior à média nacional. Enquanto o IDH médio do Brasil é 0,766, este índice no território é de 0,733. Somente Brasília apresenta IDH considerado elevado (superior a 0,800). Todos os demais municípios estão na faixa de IDH considerada mediana (entre 0,500 e 0,800). O componente do IDH que mais influencia negativamente na média do território é a renda. Está situado entre três grandes regiões hidrográficas: a do São

Francisco, a do Tocantins e do Paraná, por isso dá-se o nome de Águas Emendadas.

A população desse território é extremamente jovem. Em torno de 63% tem até 29 anos de idade, o que reforça a presença nesses espaços de uma população com fortes vínculos com o seu núcleo principal, Brasília. Nas sedes desses municípios a população vive em função dos empregos gerados em Brasília, tendo as áreas rurais com baixa população.

Para realizar o desenvolvimento territorial de cada região é necessário a inclusão de políticas públicas para auxiliar economicamente e socialmente o território trabalhado, seja na assistência técnica para aconselhar e instruir, como na concessão de crédito para compra de maquinário e etc. No caso específico do TAE, de acordo com o SIT, recursos humanos e financeiros foram remanejados para auxiliar no desenvolvimento, como mostra o quadro a seguir:

Figura 5: Políticas Públicas- Território Águas Emendadas

Municípios	Quantidade de DAP - Pessoa Física	ATER - Número de Técnicos	Crédito Fundiário Valores	PRONAF - Valores(R\$) (2013 - 2014)	Programa Bolsa Família (Famílias Beneficiadas)
Água Fria de Goiás	154	0	0,00	508.810,24	523
Brasília	3985	51	0,00	8.016.353,72	86261
Buritiz	867	2	0,00	1.286.735,35	2757
Cabeceira Grande	95	3	0,00	455.075,15	640
Cabeceiras	193	0	279.766,98	436.939,23	1031
Fomosa	913	8	6.696.169,08	1.718.145,76	8255
Mimoso de Goiás	92	0	0,00	621.453,23	417
Padre Bernardo	272	7	713.999,58	553.429,45	2190
Planaltina	274	7	2.892.499,89	494.291,38	7721
Unai	1438	10	945.277,52	11.945.479,04	3953
Vila Boa	139	0	0,00	0,00	603
Total	8422	88	11.527.713,05	26.036.712,55	114351

* DAP: Declaração de Aptidão ao Pronaf

Fonte: Sistema de Informações Territoriais

O TAE conta com o apoio da CoTAE, porém a população rural lamenta a falta de investimento no colegiado, alguns afirmam que achavam que o colegiado havia acabado. Esforços estão sendo direcionados para que a atenção ao colegiado seja retomada. De acordo com documentos do território, o projeto

mandala- sistema auto sustentável- estava sendo projetado, porém foi interrompido por falta de recursos, pois não havia consórcios.

No que tange a questão de gênero, não há organizações voltadas para as mulheres, porém na Associação do Quilombo as mulheres são atuantes. O NEDET ressalta que apesar das dificuldades, pretende auxiliar dentro do que for possível o território.

4.2 Território Chapada dos Veadeiros

O Território da Chapada dos Veadeiros (TCV) abrange uma área de 21.475,60 km², e é composto por 8 (oito) municípios: Alto Paraíso de Goiás, Campos Belos, Cavalcante, Colinas do Sul, Monte Alegre de Goiás, Nova Roma, Teresina de Goiás e São João da D'Aliança. A população total do território é de 62.684 habitantes, dos quais 20.544 vivem na área rural, o que corresponde a 32,77% do total. Possui 3.347 agricultores familiares, 1.412 famílias assentadas, 6 comunidades quilombolas e 01 terra indígena, como mostra o quadro a seguir:

Figura 6: Caracterização- Território Chapada dos Veadeiros

UF	IBGE	Município	Área (Km ²)	População	População Urbana	População Rural	Pescadores	Estabelecimentos da Agricultura Familiar	Famílias Assentadas	Extrema Pobreza	Bolsa Família	Quilombolas	Terras Indígenas
GO	5200605	Alto Paraíso de Goiás	2.603,40	6.885	5.219 (75,80%)	1.666 (24,20%)		269	163	547	1.439		
GO	5204904	Campos Belos	785,80	18.410	16.206 (88,03%)	2.204 (11,97%)		196	0	1.935	4.519	2	
GO	5205307	Cavalcante	6.979,50	9.392	4.742 (50,49%)	4.650 (49,51%)		957	121	2.789	3.027	1	
GO	5205521	Colinas do Sul	1.714,50	3.523	2.525 (71,67%)	998 (28,33%)		214	357	357	873		1
GO	5213509	Monte Alegre de Goiás	3.131,50	7.730	3.164 (40,93%)	4.566 (59,07%)		496	85	1.921	2.157	2	
GO	5214903	Nova Roma	2.143,90	3.471	1.426 (41,08%)	2.045 (58,92%)		415	63	480	1.126	1	
GO	5220009	São João d' Alíança	3.339,50	10.257	6.724 (65,56%)	3.533 (34,44%)		664	574	1.097	2.199	1	
GO	5221080	Teresina de Goiás	777,50	3.016	2.134 (70,76%)	882 (29,24%)		136	49	497	793	1	
TOTAL	Número de Municípios: 8		21.475,60	62.684	42.140 (67,23%)	20.544 (32,77%)		3.347	1.412	9.623	16.133	6	1

Fonte: Sistema de Informações Territoriais

A Chapada dos Veadeiros é uma região de reconhecida importância em termos de diversidade ambiental, fato que justifica a presença de grande número unidades de conservação, com destaque para o Parque Nacional da Chapada dos Veadeiros na região. Ao lado da diversidade biológica, encontra-se na

Chapada dos Veadeiros igual diversidade cultural, cujos principais representantes são famílias de agricultores, agroextrativistas e comunidades quilombolas, que ao longo de gerações desenvolveram saberes e fazeres próprios associados à biodiversidade nativa, além de expressões festivas e artísticas de grande beleza.

Não obstante o valioso patrimônio natural e cultural da Chapada dos Veadeiros, os índices socioeconômicos da região são relativamente baixos. O Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) médio dos municípios da Chapada dos Veadeiros é de 0,68. Alguns dos problemas na região justificam esse índice, a saber: baixo nível de escolaridade, educação de baixa qualidade, alto desemprego, pouca oportunidade para jovens, flutuações sazonais de postos de trabalho em função do turismo (em alguns municípios).

Para realizar parte do desenvolvimento territorial do TCV, foram destinados os seguintes repasses:

Figura 7: Políticas Públicas- Território Águas Emendadas

Municípios	Quantidade de DAP - Pessoa Física	ATER - Número de Técnicos	Crédito Fundiário Valores	PRONAF - Valores(R\$) (2013 - 2014)	Programa Bolsa Família (Famílias Beneficiadas)
Alto Paraíso de Goiás	229	2	0,00	1.812.797,43	596
Campos Belos	216	1	0,00	1.170.946,85	2152
Cavalcante	690	0	0,00	4.656.866,16	1238
Colinas do Sul	266	0	0,00	1.741.691,30	459
Monte Alegre de Goiás	519	0	0,00	2.177.490,74	1191
Nova Roma	237	4	0,00	587.675,25	484
São João d'Alcântara	389	4	0,00	2.042.634,71	1051
Teresina de Goiás	144	0	0,00	234.389,04	477
Total	2690	11	0,00	14.424.491,48	7648

Fonte: Sistema de Informações Territoriais

Entretanto, mesmo havendo esforços financeiros para a alocação dos recursos nos territórios, documentos internos dos Núcleos de Extensão (NEDET's FUP) demonstram que a pauta de desenvolvimento rural ainda está em uma fase de morosidade. Há reuniões, plenárias, cursos e conferências que originam-se do planejamento, porém fica claro a dificuldade de partir para a execução ou até de prosseguir com o que já foi iniciado. Os relatórios relevam cortes orçamentários que impossibilitam a continuidade de projetos.

Os integrantes do TCV, particularmente, realizam plenárias e nelas discutem sobre a necessidade de realizar treinamentos (SDT/MDA) e mapeamento de atores sociais, recadastramento em programas, levantamento de dados, formalização e etc.

O território da chapada, por ter uma beleza natural ímpar, atrai visitantes e a população rural veem uma oportunidade para geração de empregos e renda através do turismo, porém discute-se como contornar impasses pois determinada empresa de turismo da região não permite que os interessados no ramo turísticos se apropriem do termo “guia turístico”.

Contudo, um dos investimentos do TCV é na oficina de bioconstrução, que são construções com preocupação ecológica, que é um dos pilares que contempla o desenvolvimento territorial rural, no caso a sustentabilidade. O projeto que viabiliza a técnica superadobe- processo de construção que utiliza solo argiloso e saco de polipropeno, onde são preenchidos para e usados como uma parede alternativa- que já é uma realidade no território.

Outra reclamação da população rural do TCV é a falta de infraestrutura que deveria ser promovida por meio do Proinf, mas não está acontecendo, mas está sendo providenciado a compra de 15 (quinze) micro tratores. Porém a infraestrutura básica que a prefeitura deveria estar efetuando, também está em processo vagaroso.

A população deseja que haja a formação estudantil (EJA) e a implantação de cursos profissionalizantes advindos das proximidades, como IFG, UEG e UFG. Isso tudo considera a atuação de um articulador social, que é outro pilar da proposta de desenvolvimento territorial rural. E por fim, as mulheres lutam para conseguir linhas de créditos a fim de incentivar e melhorar a produção agrícola.

Percebe-se portanto, a necessidade de um vínculo maior entre a sociedade civil e o poder público e que ele possa suprir as necessidades da população rural para que a mesma seja capaz de desenvolver o território cada vez mais. E que os intermediadores possam progredir com práticas para efetuar as mudanças necessárias.

4.3 Território Vale do Paranã

O Território Vale do Paranã (TVP) abrange uma área de 17.452,90 Km² e é composto por 12 (doze) municípios: Sítio d'Abadia, Alvorada do Norte, Buritinópolis, Damianópolis, Divinópolis de Goiás, Flores de Goiás, Guarani de Goiás, Iaciara, Mambai, Posse, São Domingos e Simolândia. A população total do território é de 107.311 habitantes, dos quais 38.089 vivem na área rural, o que corresponde a 35,49% do total. Possui 5.787 agricultores familiares, 3.389 famílias assentadas e 1 comunidade quilombola. Seu IDH médio é 0,67.

Figura 8: Caracterização- Território Vale do Paranã

UF	IBGE	Município	Área (Km2)	População	População Urbana	População Rural	Pescadores	Estabelecimentos da Agricultura Familiar	Famílias Assentadas	Extrema Pobreza	Bolsa Família	Quilombolas	Terras Indígenas
GO	5200803	Alvorada do Norte	1.296,60	8.084	6.873 (85,02%)	1.211 (14,98%)		228	197	985	1.840		
GO	5203962	Buritinópolis	269,10	3.321	1.885 (56,76%)	1.436 (43,24%)		281	0	575	970		
GO	5206701	Damianópolis	416,90	3.292	1.853 (56,29%)	1.439 (43,71%)		346	0	630	1.195		
GO	5208301	Divinópolis de Goiás	834,30	4.962	3.491 (70,35%)	1.471 (29,65%)		208	495	1.160	1.657		
GO	5207907	Flores de Goiás	3.722,80	12.066	3.170 (26,27%)	8.896 (73,73%)		1.358	2.085	2.785	3.052		
GO	5209408	Guarani de Goiás	1.233,80	4.258	1.763 (41,40%)	2.495 (58,60%)		472	71	1.055	1.463		
GO	5209903	Iaciara	1.631,30	12.427	9.300 (74,84%)	3.127 (25,16%)		442	0	2.546	3.622		
GO	5212709	Mambai	862,70	6.871	4.802 (69,89%)	2.069 (30,11%)		354	194	1.283	1.712		
GO	5218300	Posse	1.961,90	31.419	23.939 (76,19%)	7.480 (23,81%)		781	119	3.258	6.778	1	
GO	5219803	São Domingos	3.308,00	11.272	5.774 (51,22%)	5.498 (48,78%)		633	101	3.193	2.008		
GO	5220686	Simolândia	344,00	6.514	5.378 (82,56%)	1.136 (17,44%)		254	81	862	2.085		
GO	5220702	Sítio d' Abadia	1.571,50	2.825	994 (35,19%)	1.831 (64,81%)		430	46	719	983		
TOTAL Número de Municípios: 12			17.452,90	107.311	69.222 (64,51%)	38.089 (35,49%)		5.787	3.389	19.051	27.365	1	

Fonte: Sistema de Informações Territoriais

Repasse através de políticas públicas:

Figura 9: Políticas Públicas- Território Vale do Paranã

Municípios	Quantidade de DAP - Pessoa Física	ATER - Número de Técnicos	Crédito Fundiário Valores	PRONAF - Valores(R\$) (2013 - 2014)	Programa Bolsa Família (Famílias Beneficiadas)
Alvorada do Norte	94	0	0,00	121.932,92	1044
Buritinópolis	206	1	0,00	164.596,03	404
Damianópolis	134	0	0,00	518.749,85	551
Divinópolis de Goiás	84	0	801.278,14	909.037,68	901
Flores de Goiás	287	6	0,00	52.226,82	1569
Guarani de Goiás	224	3	0,00	1.133.007,93	659
Iaciara	161	1	0,00	346.308,91	1961
Mambai	69	0	0,00	24.084,93	1177
Posse	511	2	0,00	966.626,20	3477
São Domingos	198	1	0,00	309.906,68	1345
Simolândia	79	0	0,00	215.211,30	989
Sítio d' Abadia	193	2	2.515.615,11	343.775,50	485
Total	2240	16	3.316.893,25	5.105.464,75	14562

Fonte: Sistema de Informações Territoriais

A tabela mostra a quantidade de municípios que tem acesso ao crédito fundiário e evidencia que poucos tem condições de levar adiante a proposta de desenvolvimento sem apoio do poder público. Documentos internos constata a existência da cooperativa do Paranã (Cooperparanã)- ferramenta de desenvolvimento socioeconômico, onde os alimentos produzidos pelos agricultores familiares são transferidos para programas como o PAA e PNAE, que ajudam economicamente o território.

São várias as solicitações: luz, água encanada, crédito rural, visibilidade, licença ambiental e etc. Muitos dizem que o processo para conseguir alguma benfeitoria é burocrático e demorado. Há também o prejuízo do colegiado em decorrência da falta de conhecimento por parte da população do território rural, onde poucos afirmam conhecer o colegiado e suas propostas, porém o Núcleo de Extensão pretende realizar mais reuniões para que haja visibilidade e possa mobilizar mais pessoas interessadas, a fim de fortalecer o colegiado. Outro problema é decorrente da própria público que, por diversas vezes, não pensam em longo prazo, sendo então imediatistas e individualistas, o que acaba dificultando ainda mais a participação ativa da sociedade rural.

Contudo, mesmo havendo diversas dificuldades, o TVP trabalha com disposição para desenvolver-se socioeconomicamente. Há demonstração de interesses em diversas parcerias, como verificar a viabilidade de implantar a caprinocultura, que deve ser analisada com a Emater e Ater. E para realização de outros projetos, a Fundater funciona como suporte da Emater.

No que tange o desenvolvimento social, possui a mobilização para participar de cursos técnicos profissionalizantes, juntamente com SEDUC e Pronatec. As mulheres se reúnem para solicitar kits de irrigação e panificação a fim de trabalhar suas potencialidades e investir nelas.

Portanto, fica evidente que, apesar dos entraves e a luta para conseguir alguns incentivos, a população rural do Território do vale do Paranã, planeja vários projetos para que se cumpra a proposta inicial dos programas de desenvolvimento territorial rural: contribuir socialmente e economicamente, com a ajuda da sociedade civil e o poder público.

4.4 Proposta Multiterritorial

Para fundamentar o desenvolvimento territorial rural nos territórios estudados, foi criado um plano de trabalho para identificar se os territórios estavam realizando atividades sociais e econômicas. O plano de trabalho está anexado no fim do referido trabalho.

As propostas estão definidas em 5 (cinco) ações gerais, que são elas:

- Diagnosticar e estruturar sistema de informações sobre: os territórios, suas instâncias e funcionamento, os projetos apoiados, as políticas públicas;
- Construir e disseminar metodologias de acompanhamento de políticas e projetos;

As de base para a inclusão produtiva, através do articulador produtivo:

- Fomentar, estruturar e apoiar iniciativas produtivas e de comercialização;
- Realizar atividades que garantam a efetiva inserção das mulheres e jovens no arranjo territorial e consolidem uma rede inter territorial de membros dos colegiados;

E o apoio à inclusão social, através dos articuladores social e de gênero:

- Desenvolver atividades de extensão que fortaleçam a gestão social dos Colegiados por meio de ações de articulação e qualificação para a participação e governança com apoio de pesquisadores colaboradores e da própria equipe executora.

Para desenvolver essas grandes ações de forma eficaz, elas foram fragmentadas em atividades para facilitar a identificação do que foi ou não realizado. O plano de trabalho evidencia-os.

O TVP está realizando algumas ações, ainda que esteja em fase primária, para que realmente ocorra o desenvolvimento nos municípios participantes do TVP, mesmo que algum desses municípios estejam em desigualdade em relação a outros. Percebe-se que a política articuladora de mulheres está bem encaminhada, onde poucas atividades não foram realizadas ou estão em andamento. Atividades como: Apoio em eventos locais- conhecimento, resgate

e valorização da cultura do campo aproximando mulheres e jovens na divulgação e conhecimento da dinâmica territorial e identidade; Diagnóstico Rural Participativo (em andamento); Realização de oficinas; Aplicação de questionários e entrevistas; Mapeamento das atividades produtivas das mulheres e etc, estão sendo efetuadas.

O TCV desenvolve planos para o fortalecimento econômico do território, como é o caso da bioconstrução em São João D'Aliança e o plano de turismo. Foram realizadas três reuniões na chácara rebendolengue em São João D'Aliança com o intuito de repassar as técnicas de bioconstrução em superadobe e adobe, com a participação do grupo calangos do barro e a equipe NEDET TCV, porém ainda não aconteceu grandes obras com a utilização da bioconstrução. O território continua em busca de melhorias em infraestrutura. No caso do ecoturismo, ainda estão vendo a possibilidade de realizar cursos para capacitar os interessados em seguir a área.

O TAE ainda, de acordo com documentos internos do território, ainda está vagaroso no desenvolvimento do plano de desenvolvimento territorial rural.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com a realização deste trabalho, notou-se a necessidade de se colocar em prática o que está na teoria de desenvolvimento territorial rural, conforme o referencial apresentado. Percebe-se que as lacunas são muitas, principalmente quando se trata do poder público de destinar verbas para subsidiar o desenvolvimento econômico dos territórios.

Percebe-se também necessidades sociais básicas que não estão sendo atendidas, como por exemplo a infraestrutura, muitas casas não contam com iluminação, há problemas com a falta de água encanada, estradas vicinais, entre outras. Problemas com a falta de cursos profissionalizantes e atendimento da demanda juvenil voltados para o desenvolvimento rural, também é um impasse que deve ser discutido.

Foi observado no estudo que ainda falta mobilização da sociedade civil para que haja impulsos a fim dar continuidade nos processos de desenvolvimento. Muitas pessoas não conhecem os colegiados e outras mesmo que conheçam, enxergam a dificuldade de manter os projetos, mesmo que haja planejamento, na execução há problemas como falta de recursos humanos e/ou financeiros.

Como foi exposto e deu para visualizar o contexto atual de cada território, o nível de desenvolvimento e de planejamento é diferente um do outro, como é o caso do TVP e TAE que mostram realidades bem diferentes. O TVP tem mais propensão em realizar as atividades propostas do que o TAE que reúne 3 (três) Estados o que dificulta articulações.

Cada território trabalha com suas potencialidades ou necessidades, como já citado. O TCV tem propósito em desenvolvimento sustentável, como os demais territórios, porém é nítido o interesse em fortalecer o que a região propicia, como é o caso do turismo, propriamente dito o ecoturismo. Já o TVP mostra desenvoltura com interesses voltados à infraestrutura e consolidação da participação das mulheres no desenvolvimento rural. São várias reuniões e até conferências envolvendo a temática feminina, o empoderamento da mulher no

campo. E o TAE está em processo de amadurecimento de propostas para o desenvolvimento territorial, e que retorne o investimento no projeto Mandala, que é um modelo sustentável.

A equipe do Núcleo de Extensão: articulador produtivo, articulador social e articulador de gênero, geram esforços para dar prosseguimento com a proposta de desenvolvimento territorial, mesmo com contratempos, a equipe tenta estimular ambas as bases necessárias para que o desenvolvimento aconteça: poder público e a sociedade civil.

REFERÊNCIAS

- BASCO, C.A. **Reflexões sobre políticas de desenvolvimento territorial**. Disponível em: <<http://www.iicabr.iica.org.br/wp-content/uploads/2014/03/Serie-DRS-vol-11-Reflex%C3%B5es-sobre-pol%C3%ADticas-de-desenvolvimento-territorial.pdf>>. Acesso em: 20/09/2016.
- CNPq. **Apoio à implantação e manutenção de Núcleos de Extensão em Desenvolvimento Territorial**- Chamada CNPq/MDA/SPM-PR Nº 11/2014. Disponível em: <http://cnpq.br/chamadas-publicas?p_p_id=resultadosportlet_WAR_resultadoscnpqportlet_INSTANCE_0ZaM&id=47-347-2459&detalha=chamadaDetalhada&filtro=resultados> Acesso em: 01/11/2016.
- DANTAS, E. M. **Território e territorialidade**: abordagens conceituais. Disponível em:<http://www.ead.uepb.edu.br/ava/arquivos/cursos/geografia/organizacao_do_espaco/Org_Esp_A07_I_WEB_SF_SI_050805.pdf>. Acesso em: 25/09/2016.
- DELEUZE, Gilles; GUATTARI, Félix. **O Anti-Édipo: Esquizofrenia e Capitalismo**. O Anti-Édipo: Esquizofrenia e Capitalismo, 1976.
- GEERTZ, C. **A Interpretação das Culturas**. 1 ed., 13.reimp. Rio de Janeiro: LTC, 2008.
- GERALDI, J. O Centro-Sul do Paraná: gestão do território e desenvolvimento. Curitiba, 2006. (Relatório de Pesquisa).
- GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2007.
- GOLDENBERG, M. **A arte de pesquisar**. Rio de Janeiro: Record, 1997.
- GUATTARI, F.; ROLNIK, S. **Cartografias do desejo**. Petrópolis: Vozes, 1986.
- HAESBAERT, R.; GLAUCO B. **A desterritorialização na obra de Deleuze e Guattari**. *Geographia*, v. 4, n. 7, p. 7-22, 2009.
- HAESBAERT, R. **Território e multiterritorialidade**: um debate. *GEOgraphia*. Ano IX, n. 17-2007, 2007.
- LUNA, S. V. **Planejamento de pesquisa**: uma introdução. 2. ed. São Paulo: EDUC, 1999.
- MACEDO, N. D. **Iniciação à pesquisa bibliográfica**: guia do estudante para a fundamentação do trabalho de pesquisa. 2. ed. São Paulo: Editora Loyola, 1994.
- MDA. **Núcleos de extensão em desenvolvimento territorial**. Disponível em: <<http://www.ifmg.edu.br/downloads/2014junho/Videoconfer%C3%Aancia.pdf>> Acesso em: 10/10/2015
- MDA/SDT. **Referenciais para a gestão social dos territórios rurais**. Doc. Apoio nº 04. Brasília, 2006.

MDA/SDT. Plano Territorial de Desenvolvimento Rural Sustentável - **Guia de Planejamento Territorial**. Doc. de Apoio nº 2. Brasília, 2005.

MDA. **Referências para uma Estratégia de Desenvolvimento Rural Sustentável no Brasil**. Documentos Institucionais, n. 01. Brasília: MDA/SDT, 2005^a.

MDA. **Sistema de Informações Territoriais**. Disponível em: <<http://sit.mda.gov.br/mapa.php>>. Acesso em: 08/11/2016.

RAFFESTIN, C. **Por uma geografia do poder**. Tradução de Maria Cecília França. São Paulo: Ática, 1993.

SCHEJTMAN, A.; BERDEGUÉ, J. A. **Desarrollo territorial rural**. Santiago: RIMISP, 2004.

VALE, A. L. F.; SAQUET, M. A.; SANTOS, RA dos. **O Território**: diferentes abordagens e conceito-chave para a compreensão da migração. *Faz Ciência—Sociedade, Espaço e Economia*, v. 7, n. 1, p. 11-26, 2005.

ANEXOS

Plano de Trabalho Detalhado

Ação 1	Atividades	Responsável	Duração*		Indicador Físico	
Diagnosticar e estruturar sistema de informações sobre: os territórios, suas instâncias e funcionamento, os projetos apoiados, as políticas públicas	1.1 Diagnosticar as necessidades estratégicas coletivas para o desenvolvimento territorial (potencialidades, oportunidades, soluções para problemas locais) a fim de construir um sistema de informações do Território.	CN + AP + AS + AM	Início 2	Fim 8	Número de questionários aplicados nos municípios do Território.	Qtde
	1.2 Monitorar as iniciativas de desenvolvimento territorial já elaboradas e a serem implementadas, atualizando informações e gerenciando os dados do Território.	CN+AP+AS+AM	2	8	Número de iniciativas monitoradas.	
	1.3 Constituir uma rede de mensagens eletrônicas (via celular, email) e rádios locais para divulgação de informações relevantes aos Colegiados e promover o registro de relatos, demandas e informações no sentido território -> SDT.	AP+AS+AM	2	8	Número de SMS enviados e recebidos Número de e-mails enviados e recebidos Notícias veiculadas nas rádios Vídeos de depoimentos gravados com atores territoriais. Questionário com alcance das informações.	
Ação 2						
Construir e disseminar metodologias de acompanhamento de políticas e projetos	2.1 - Revisão de literatura	CP + CN	2	5		
	2.2 - Desenho de proposta		6	9		
	2.3 - Teste da metodologia		10	12		
	2.4 - Disseminação da solução para os beneficiários		13	24		
Ação 3 – GESTÃO PRODUTIVA						
Fomentar, estruturar e apoiar iniciativas produtivas e de comercialização	3.1 Apoiar a implementação do Plano Territorial de Desenvolvimento Rural Sustentável para o Território.	CN + AP + EE	4	12	Implementação/formalização do Plano.	
	3.2 Auxiliar na identificação de eixos aglutinadores do desenvolvimento rural através do diagnóstico a ser elaborado;	CN + AP + EE	4	12	Elaboração do Diagnóstico	
	3.3 Apoiar a captação de recursos para fomentar iniciativas produtivas de interesse do Território	CN + AP + EE	6	24	Número de instituições/órgãos/entidades que fomentam ações produtivas locais.	
	3.4 Introduzir os conceitos de (promover uma transição agroecológica) agroecologia, especialmente de sistemas agroflorestais que visam integrar a agricultura ao meio ambiente.	CN + AP + EE	6	24	Fotos de eventos realizados e materiais produzidos.	
	3.5 Apoiar a comercialização, planejamento e organização produtiva,	CN + AP .+ EE	6	24	Parcerias firmadas/fotos/espacos criados para comercialização.	

	estimulando a economia solidária (propor a criação de novos espaços para valorizar a produção artesanal -doces, compotas, geleias, etc - das mulheres rurais, por exemplo.					
	3.6 Apoiar a implementação das ações do Plano Safra	CN + AP + EE	6	24	Informações disseminadas e parcerias firmadas/fotos.	
	3.1 Identificar e fomentar as políticas existentes de apoio ao agricultor familiar, visando uma ampliação e um fortalecimento das estruturas produtivas.	CN + AP + EE	02	04	Realização de entrevistas e revisão de leituras e reuniões.	
	3.2 Diagnóstico geral dos modelos de produção e políticas públicas vigentes nos territórios, juntamente com o colegiado territorial, núcleo técnico, entidades parceiras e com articuladores.		05	08	Aplicação de questionários e reuniões.	
	3.3 Elaborar mecanismos e metodologias de acompanhamento e avaliação, da implementação de projetos de inclusão produtiva existentes no território, visando o desenvolvimento regional e ordenamento territorial.		09	11	Aplicação de questionários e entrevistas.	
	3.4 Realizar oficinas de apoio e potencialização para transição de uma produção agroecológica integrada e sustentável. Visando a utilização de instrumentos adequados para realização de monitoramento e rastreabilidade de todo o processo, com a finalidade de possibilitar sua implementação dentro de uma modelo que seja economicamente viável, e ambientalmente correto.		12	14	Assembleias e reuniões e oficinas	
	3.5 Possibilitar maior integração e acesso às oportunidades de mercado privados e institucionais, através de orientação e implementação de boas práticas agrícolas.		15	17	Oficinas e grupos de trabalho	2
	3.6 Avaliar as relações e seus impactos advindos entre as políticas públicas, projetos de inclusão produtiva e logística, presentes nos territórios.		18	20	Relatórios	2

	3.7 Elaborar com material técnico conclusivo, sob a forma de relatório final, descrição sobre o nível de inclusão social e produtiva da agricultura familiar na região e traçar recomendações para o trabalho do MDA.		21	24	Relatório	1
Ação 4						
Realizar atividades que garantam a efetiva inserção das mulheres e jovens no arranjo territorial e consolidem uma rede inter territorial de membros dos colegiados	4.1 Fomentar eventos locais para conhecer, resgatar, valorizar a cultura do campo, focando na aproximação da juventude rural, mulheres e agricultores...	CN + AM + EE	03	24	Eventos	12
	4.2 Diagnóstico Rural Participativo		3	6	Diagnóstico	1
	4.3 Realização de Oficinas		3	24	Oficina	4
	4.4 Questionários e Entrevistas com mulheres		6	12	Campo	4
	4.5 Questionários e Entrevistas com jovens		6	12	Campo	4
	4.6 Evento de troca de experiências inter territorial		14	14	Roda de prosa	1
Ação 5 – GESTÃO SOCIAL	5.1 Buscar parceiros que possam contribuir com o desenvolvimento territorial como estratégia de desenvolvimento sustentável	CN + AS + EE	6	24	Número de parcerias firmadas	
Desenvolver atividades de extensão que fortaleçam a gestão social dos Colegiados por meio de ações de articulação e qualificação para a participação e governança com apoio de pesquisadores colaboradores e da própria equipe executora.	5.2 Estimular a participação, descentralização, democracia e transparência;	CN + AS + EE	01	24	Divulgação dos eventos, encaminhamentos e resultados produzidos.	
	5.3 Organizar reuniões, plenárias e eventos a fim de articular os diversos segmentos da sociedade;		01	24	Número de reuniões e demais eventos realizados/fotos.	
	5.4 Mobilizar a sociedade civil (associações, sindicatos, movimentos populares, empresários, jovens, mulheres, agricultores familiares, etc) e governos para a construção de um modelo de desenvolvimento sustentável ambientalmente, economicamente, culturalmente e politicamente correto.	CN + AS + AP + AM + EE	01	24	Número de participantes	
	5.5 – Realizar atividade ambiental /turística no Parque Sucupira	Regina Coelly	6	6	Atores territoriais	42
	5.6 Mapear e diagnosticar o atual nível de organização e formas de funcionamento das instâncias de participação do Território;		04	07	Aplicação de questionários e Diários de Campo	-
	5.7 Realizar sessões de trabalho com o colegiado territorial, núcleo técnico, entidades parceiras e com articuladores em apoio à gestão social do Território,				Realização de entrevistas semiestruturadas e grupos focais	-

	para avaliar as interações políticas e sociais;	CN + AS + EE				
	5.8 Organizar reuniões, plenárias e eventos a fim de articular os diversos segmentos da sociedade;		01	24	Reuniões	12
	5.9 Contribuir, junto ao assessor territorial para a inclusão produtiva, para o fomento e criação da Matriz de Gestão Territorial do Plano Safra;		07	12	Assembleias e grupos de trabalho	
	5.10. Incentivar e mediar a definição de uma agenda estratégica de trabalho do Colegiado Territorial		07	12	Assembleias e grupos de trabalho	12
	5.11 Realizar o levantamento, sistematização e registro de informações no Portal da Cidadania sobre os projetos integrantes da matriz do Programa Territórios da Cidadania na área das políticas sociais, em articulação com o assessor territorial para a inclusão produtiva.		02	24	Relatórios	12
	5.12. Elencar as Políticas públicas efetivadas no Território, com ênfase nas ações que compõem a matriz do Programa Territórios da Cidadania.		12	20	Relatórios	2
	5.13. Elaborar relatórios, ponderando o grau de avanço na autogestão, dos diversos atores sociais, com relação ao desenvolvimento sustentável do território, e o fortalecimento e dinamização de sua economia.		20	24	Relatórios	8